

ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NOS ARQUIVOS DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DA REGIÃO SUL DO BRASIL¹

Fernanda de Lima Moraes

Graduanda em Arquivologia na UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail: fer.lima1995@gmail.com

Luciane Paula Vital

Professora Assistente do Departamento de Ciência da Informação/UFSC

luciane@cin.ufsc.br

Resumo: Este artigo resulta do trabalho de conclusão do curso de Bacharel em Arquivologia, e objetiva analisar o desenvolvimento das atividades de ORI - Organização e Representação da Informação nos arquivos das IFES - Instituições Federais de Ensino Superior da Região Sul do Brasil. Busca identificar as funções arquivísticas de classificação e descrição, identificar os instrumentos de gestão utilizados nessas funções arquivísticas e, apontar quais processos de ORI - Organização e representação da Informação são desenvolvidos nestas instituições. A abordagem é quanti-qualitativa, exploratória e estudo de caso. Participam desta pesquisa nove instituições, que responderam o questionário enviado por e-mail, com questões voltadas para a ORI, mais especificamente no que concerne às atividades de classificação e descrição arquivística realizadas. Os resultados apontam que 88,89% das IFES realizam a atividade de classificação arquivística, e 66,67% realizam a atividade de Descrição Arquivística, e utilizam os instrumentos de gestão a elas disponibilizados pelo Arquivo Nacional. Apesar de a maioria estar satisfeita com a atual ORI, todas concordam que estes processos ainda podem ser melhorados para aprimorar a recuperação da informação.

Palavras-chave: Classificação Arquivística. Descrição Arquivística. Organização e Representação da Informação.

ORGANIZATION AND REPRESENTATION OF THE INFORMATION IN THE FILES OF THE FEDERAL PUBLIC INSTITUTIONS OF HIGHER EDUCATION IN THE SOUTH REGION OF BRAZIL.

Abstract: This article results from the work of finishing the Bachelor's degree in Archivology, and aims to analyze the development of classification activities and archival description in the archives of the IFES - Federal Institutions of Higher Education of the Southern Region of Brazil. It seeks to identify and characterize the archival functions of classification and description, to identify the support instruments used in these archival functions and to verify which processes of ORI - Organization and representation of the Information are developed in these institutions. The approach is quantitative-qualitative, exploratory and case-study. Nine institutions participated in this study, which answered the questionnaire sent by e-mail, with questions related to ORI, specifically regarding the classification and archival description activities carried out. The results indicate that 88.89% of the IFES perform the archival classification activity, and 66.67% carry out the archival description activity, and use the tools to support them, provided by the National Archives. Although most are satisfied with the current ORI, all agree that these processes can still be improved to improve information retrieval.

Keywords: Archival Classification. Archival Description. Organization and Representation of Information.



1 INTRODUÇÃO

As Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, de modo geral, desempenham um importante papel no desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão no Brasil. No decorrer dessas atividades são geradas muitas informações, e estas precisam ser organizadas e representadas de

¹ Trabalho apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Arquivologia pela UFSC. A banca examinadora do TCC foi composta por: Aline Cardozo Pereira (UFSC); Leolíbia Luana Linden (UFSC); Orientadora: Luciane Paula Vital (UFSC).

modo a possibilitar o acesso. Uma vez que são documentos públicos, com direito de acesso garantido pela Lei Federal n. 12.527 de 2011, faz-se necessário que estas instituições estejam preparadas para dar acesso quando forem solicitados, e isso só é possível se a informação estiver devidamente organizada e representada por meio de instrumentos de pesquisa. Diante deste cenário, surgiu a curiosidade de investigar como as IFES desenvolvem as funções nessa área, visto que a ORI - Organização e Representação da Informação tem sido pouco discutida na literatura arquivística nacional.

Na Arquivologia, conforme afirmam autores como Barros (2016), Silva (2017), Medeiros, Vital e Brascher (2017), a ORI está caracterizada nas atividades de classificação e descrição arquivística, que objetivam organizar e representar as informações de modo a possibilitar o acesso.

Neste sentido, este trabalho busca analisar o desenvolvimento das atividades de ORI nos arquivos das IFES da Região Sul do Brasil, para tanto, buscou-se identificar as funções arquivísticas de classificação e descrição realizadas nestes arquivos, caracterizar os instrumentos de gestão utilizados no exercício destas funções, e apontar quais processos de ORI são efetivamente desenvolvidos nestas instituições.

2 ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Brascher e Café (2008, p. 05) entendem a organização da informação como “[...] um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais. O produto desse processo descritivo é a representação da informação, entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico”.

Esta afirmação pode ser melhor entendida no exemplo em que descrevemos uma fotografia em seus aspectos físicos (tamanho, tipo de papel, estado de conservação, etc.) e seu conteúdo (o que a fotografia retrata, em que ano foi tirada, etc.), a partir dos processos de análise e síntese desses elementos, criamos suas representações. Ao representar a informação de um objeto, como uma medalha, o que podemos observar nela: cor, tamanho, composição, esses são elementos físicos, enquanto sua história, o que já foi pensado e/ou discutido sobre ela é o que origina a descrição temática e, nos arquivos, contextual.

Brascher e Café (2008, p.5) acreditam que existem “[...] dois tipos distintos de processos de organização, um que se aplica às ocorrências individuais de objetos informacionais - o processo de organização da informação, e outro que se aplica a unidades do pensamento (conceitos) - o processo de organização do conhecimento”. Nesses processos surgem as atividades de classificação e descrição arquivística, atividades de organização e representação da informação, como afirma Barros (2016, p. 35), “ambas as atividades começaram a serem vistas como um processo único e

contínuo de análise e síntese da informação contida nos arquivos, ou seja, o processo compreendido aqui como a representação orgânico-contextual”.

Silva et al. (2017, p.51) afirmam que a classificação e descrição “são consideradas funções nucleares na organização e representação do conhecimento no âmbito dos arquivos, justamente [...] por representarem pontos de intersecção entre as demais ações relacionadas aos documentos arquivísticos, revelando um universo axiológico rico e diversificado”.

Com base no que dizem os autores supracitados, pode-se compreender que diante da diversidade de documentos arquivísticos, a descrição e a classificação se mostram indispensáveis para organizar e representar as informações de forma contextualizada.

2.1 CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA

A classificação pode ser entendida no contexto dos arquivos como uma forma de melhor organizar e representar a informação, por isso é uma atividade indispensável para que o arquivo possa cumprir sua principal função, possibilitar o acesso à documentação. Barros (2016, p.35) ressalta que, “Classificação na realidade dos arquivos é considerada uma atividade limítrofe na medida em que constrói uma ponte entre as atividades de gestão e as atividades de acesso e preservação documental”. A classificação, em sentido geral, acontece muitas vezes de forma automática conforme a visão de mundo, a partir do critério popular, dividindo e agrupando as coisas seja por cores, tamanho, procedência, funcionalidade, tipo, entre outras características. Nessa acepção, Vital, Medeiros e Brascher (2017, p.42), afirmam que classificar é:

[...] característico do ser humano, que o faz sem que tenha consciência sobre ele. Ao se observar pessoas, guardar objetos em casa, ou organizar roupas estamos classificando [...] os documentos também são organizados segundo semelhanças e diferenças, por meio dos processos de observação, análise e síntese, característicos de qualquer processo classificatório.

A classificação é de suma importância para a ORI no arquivo, uma vez que as demais atividades, como a avaliação e a descrição arquivística, por exemplo, dependem dela para serem desenvolvidas. Desse ponto de vista, Barros (2016, p.36) observa que “a classificação funciona como a base para todos os processos de organização de arquivos e evidentemente para a representação do conhecimento arquivístico”. De acordo com Sousa (2013, p.132-133), “podemos considerar a classificação como uma função matricial, pois é por meio dela que se realiza a avaliação, que em uma etapa posterior, vai possibilitar a gestão dos prazos de guarda e da destinação final”. Vital, Medeiros e Brascher (2017, p.43) reforçam que “[...] a classificação arquivística deve representar da forma mais fiel possível as relações orgânico-funcionais do organismo produtor, pois essa estrutura classificatória servirá de base para o desenvolvimento de outras funções arquivísticas, tais como a descrição”.

Existem diversas formas de classificar, que partem de diferentes critérios e maneiras de observar o objeto em questão, no entanto, para classificar documentos de arquivo, é necessário que os termos e critérios utilizados sejam do entendimento de todos os colaboradores da instituição. A partir desse entendimento é possível elaborar precisamente o plano de classificação, que, conforme Barros (2016, p. 36), sua construção “[...] deve contemplar as relações entre os documentos, mas não só essas, também, as relações entre os documentos e as pessoas, assim, o sistema de classificação se tornaria uma ferramenta útil e facilitadora da descrição e avaliação dos documentos”. O Conselho nacional de Arquivos – CONARQ (2001, p. 182) define o Plano de Classificação como:

Esquema elaborado a partir do estudo das estruturas e funções da instituição e análise do arquivo por ela produzido, pelo qual se distribuem os documentos em classes, de acordo com métodos de arquivamento específicos. Expressão geralmente adotada em arquivos correntes.

Desta forma, entende-se que o primeiro passo para elaborar um plano de classificação adequado é conhecer a instituição para a qual ele será gerado, pois assim será possível definir suas funções e atividades fim e meio, identificar o fundo, suas classes e subclasses, bem como escolher os termos mais conhecidos, utilizados e adequados à instituição.

2.2 DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

De acordo com Barros (2016, p.36), “o termo descrição arquivística significa, literalmente, escrever sobre o material arquivístico e abarca as ideias de representação, identificação e organização”. Corroborando com tal definição, a ISAD(G), (2000, p.14-15) entende a descrição como:

A elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu.

Rodrigues e Lopes (2003, p.221) afirmam que a descrição “[...] é feita a partir das unidades de descrição definidas pela classificação que descreve um conjunto de documentos que mantém ligações orgânicas entre si (fundo, série, subsérie, dossiê, item documental; e dos fundos entre si)” Com essa perspectiva, é possível verificar que a descrição depende da classificação para ser realizada.

A descrição pode ser caracterizada como multinível, na qual é respeitada a estrutura hierárquica, do geral para o específico, é indispensável para a compreensão dos documentos, pois conforme Lopez (2002, p.12), “Somente a descrição arquivística garante a compreensão ampla do conteúdo de um acervo, possibilitando tanto o conhecimento como a localização dos documentos que o integram”. Anuindo com tal posição, a ISAGD(G) (2000, p.11) esclarece que “o objetivo da

descrição arquivística é identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo à fim de promover o acesso aos mesmos”. Nesta mesma linha de pensamento, Barros (2016, p.37) afirma que:

a descrição visa explicar os documentos, serve para tornar possível a compreensão do acervo/fundo arquivístico, sua origem, seu contexto e proveniência, seu método de arquivamento, sua forma e conteúdo, a relação com outros documentos, e a forma de como encontrar a informação que se procura. Objetivando, portanto, controlar, recuperar e fornecer acesso aos documentos.

Ainda nessa acepção, Rodrigues e Lopes (2003, p.218) acreditam que “a descrição é uma função-chave no que diz respeito à representação das informações arquivísticas e na possibilidade de acesso a elas”. Tais pensamentos levam ao entendimento de que é a partir da descrição que pode se compreender as informações contidas nos documentos, e a partir disso, alcançar um maior controle sobre o acervo e, conseqüentemente facilitar e/ou possibilitar a recuperação e o acesso.

Para realizar o processo de descrição arquivística, deve-se recorrer às normas existentes, como mencionado por Carpes (2014, p. 71), algumas destas normas são:

Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - ISAD(G); a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias – ISAAR (CPF), a Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico – ISDIAH, e a Norma Internacional para Descrição de Funções – ISDF publicadas pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA) e a Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE, publicada pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

A principal norma de descrição é a ISAD (G), que apesar de ser internacional, foi traduzida e publicada pelo Arquivo Nacional do Brasil em 1998 e encontra-se disponível gratuitamente no site do Conselho Nacional de Arquivos. A ISAD (G) surgiu da necessidade de interoperabilidade e normalização da atividade de descrição em diferentes países.

De acordo com Lopez (2002, p.14) “A norma ISAD (G) propõe padronizar a descrição arquivística a partir de uma estruturação multinível, isto é, do geral ao particular, inserindo cada item da descrição na estrutura geral do fundo de arquivo, em uma relação hierárquica”.

O CONARQ (2006, p. 09) indica que a Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE “consiste na adaptação das normas internacionais à realidade brasileira, incorporando preocupações que o Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos (CDS/CIA) considerava importantes, porém, de foro nacional”.

A NOBRADE estabelece diretrizes para a descrição no Brasil de documentos arquivísticos, compatíveis com as normas internacionais em vigor ISAD(G) e ISAAR(CPF), e tem em vista facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional. Embora voltada preferencialmente para a descrição de documentos em fase permanente, pode também ser aplicada à descrição em fases corrente e intermediária. (CONARQ, 2006, p.10).

Estas normas de descrição podem ser adaptadas a realidade de cada local e, após o desenvolvimento do processo descritivo, pode-se gerar instrumentos de pesquisa precisos. Para isso,

se faz necessário conhecer a instituição produtora dos documentos, como já observava uma das autoras mais consagradas da área, Heredia Herrera, quando aborda o guia como um dos instrumentos de pesquisa, afirma que:

O guia busca apresentar uma visão panorâmica sobre o conjunto documental: Deve haver a história da instituição que produziu a documentação, das mudanças pelas quais tem passado até formar todos os fundos que hoje se identificam com um arquivo ou conjunto de arquivos com um denominador comum. (HEREDIA HERRERA, 1991, p.322, tradução nossa).

São diversos os instrumentos de pesquisa derivados do processo de descrição, gerados a fim de melhor organizar a informação e viabilizar a pesquisa, tais como guia, inventário, catálogo e índice. O guia, segundo Lopez (2002, p. 24 -28) “[...] se divide em duas partes distintas. A primeira (G1) traz os dados gerais sobre a instituição e sobre as condições de consulta [...] A segunda parte do guia (G2) se preocupa em descrever sumariamente os fundos e as coleções”. Contudo, pode-se observar no guia a descrição multinível. O inventário parte da classificação e descrição específica dos fundos documentais, e seu objetivo, de acordo com Lopez (2002, p. 29) é “[...] descrever as atividades de cada titular, as séries integrantes, o volume de documentos, as datas-limite e os critérios de classificação e de ordenação”. Desta forma o pesquisador saberá especificamente quais documentos poderá acessar. O catálogo, assim como o índice, indica a localização dos documentos e devem ser os últimos instrumentos de pesquisa a serem desenvolvidos, pois como explica Lopez (2002, p. 32) é fundamental que o catálogo “se atenha à compreensão dos documentos dentro de suas relações orgânicas com as atividades que os produziram. Só é possível elaborar catálogos de séries que já estejam organizadas e, preferencialmente, inventariadas”. Neste mesmo sentido o índice procura apresentar os documentos existentes de modo a possibilitar o acesso, como aponta Lopez (2002, p. 33) “Os índices têm como objetivo permitir uma rápida localização das unidades documentais que atendam a critérios específicos, tanto de uma única série como de diferentes fundos”.

Pode-se observar que na elaboração de cada um dos instrumentos de pesquisa mencionados, deve-se primeiramente estudar o contexto histórico em que a instituição gerou e/ou recebeu os documentos, bem como suas funções e atividades, para possibilitar um melhor entendimento acerca deles.

Diante do exposto, pode-se compreender as atividades de classificação e descrição como essenciais para analisar, contextualizar, representar e organizar a informação, para assim prover o acesso e a recuperação dos documentos de arquivo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Essa pesquisa tem uma abordagem quanti-qualitativa, e caracteriza como um levantamento que utiliza o questionário (elaborado através da ferramenta “Google Forms”) como instrumento de coleta de dados. É também uma pesquisa exploratória, pois objetiva caracterizar a forma em que são desenvolvidas as atividades de descrição e classificação arquivísticas das IFES da região Sul do Brasil. Para identificar as instituições alvos desta pesquisa, fez-se uma busca no site do MEC – Ministério da Educação, resultando no quadro a seguir, totalizando 17 instituições.

Quadro 1 - Instituições Públicas Federais de Ensino Superior da Região Sul do Brasil

PR	IFPR - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ
	UNILA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA
	UFPR - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA
	UFTPR - UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANA
SC	IFC - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
	IFSC - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
	UFFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
	UFSC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
RS	UFCSPA - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIENCIAS DA SAUDE DE PORTO ALEGRE
	UNIPAMPA - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
	IFRS - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL
	IFFar - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
	IFsul - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
	UFPel - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
	UFSM - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
	FURG - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
	URGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Fonte: Elaborado com base nos dados do Ministério da Educação (2018).

Por meio do site oficial de cada uma destas instituições e do Portal da Transparência do Governo Federal, identificou-se que 12 instituições possuem arquivistas, bem como seus respectivos contatos de e-mail, pelos quais foi enviado o questionário para a coleta dos dados. Nos casos em que não foram identificados arquivistas, foram localizados os e-mails dos responsáveis pelo arquivo central de cada instituição, sendo assim o questionário foi enviado para as 17 instituições. O instrumento de coleta de dados foi composto por oito perguntas, que tinham como objetivo identificar as funções arquivísticas de classificação e descrição, identificar os instrumentos de gestão utilizados, e apontar quais processos de ORI são desenvolvidos além da Descrição e Classificação.

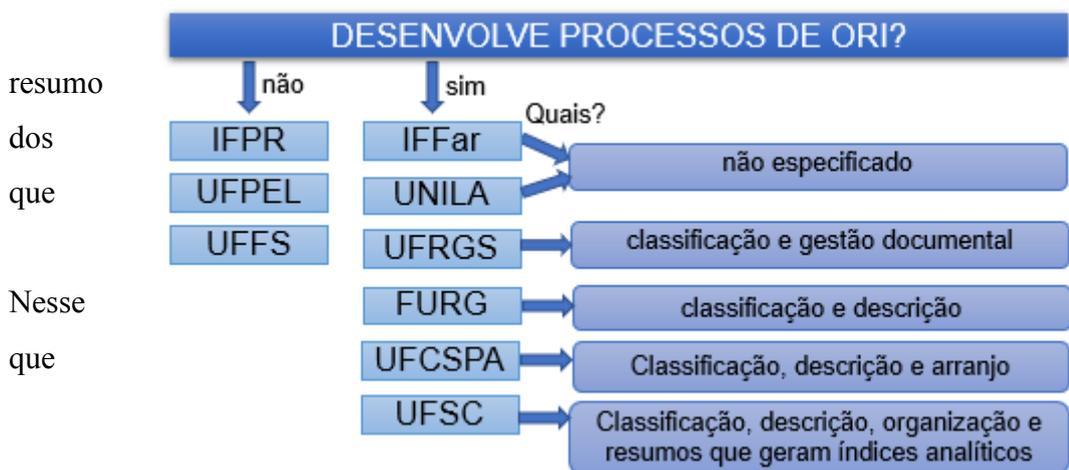
4 RESULTADOS E ANÁLISES

Após o envio do questionário para as dezessete instituições foco desta pesquisa, obteve-se respostas de nove delas, sendo: IFPR, IFFar, UNILA, UFRGS, UFCSPA, UFSC, UFPel, FURG e UFFS.

A primeira questão feita foi: “No arquivo são desenvolvidos processos de ORI?”

Assim, três instituições (IFPR, UFPEL e UFFS) responderam que não e as outras seis afirmaram desenvolver. Para as que desenvolvem foi questionado quais processos são desenvolvidos, duas delas (IFFar e UNILA) não souberam especificar, a UFRGS mencionou a classificação e gestão documental, enquanto as outras três (UFCSPA, UFSC, e FURG) mencionaram a classificação e descrição, além disso a UFCSPA citou ainda o arranjo, e a UFSC

mencionou organização e do conteúdo documentos, geram índices analíticos. Nesse sentido, vemos quatro instituições desenvolvem



processos de ORI, mais frequentemente as atividades de classificação e descrição, conforme mostra a figura a seguir:

Figura 1 – Desenvolvimento de processos de ORI

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

A segunda pergunta questiona: “No tratamento dos documentos é realizada a atividade de descrição arquivística?”,

Três instituições (IFPR, UNILA e UFPel) responderam que não, enquanto as outras seis afirmaram realizar, e para estas, questionou-se o uso de normas neste processo, onde foram dadas as opções de assinalar a ISAD(G), NOBRADE, ISAAR(CPF), além das opções “outras” e “nenhuma”. Assim, quatro (IFFar, UFRGR, UFSC e UFFS) assinalaram como normas utilizadas neste processo a NOBRADE, e a ISAD(G), além destas, a UFFS assinalou a ISAAR(CPF), enquanto a UFCSPA e a FURG assinalaram apenas a NOBRADE. Com base nestas respostas, nota-se que apesar da descrição arquivística ainda não ser desenvolvida por algumas instituições, a maioria entende a necessidade de conhecer seus documentos a ponto de poder descrevê-los com base em normas consolidadas na área arquivística, revelando a NOBRADE e a ISAD(G) as referências principais no que concerne à descrição arquivística neste contexto. Porém, causa estranheza o uso conjunto da NOBRADE e da ISAD(G), citado por quatro instituições.

A terceira questão realizada foi, “No tratamento dos documentos é realizada a atividade de classificação arquivística?” Apenas o IFPR respondeu que não, conforme gráfico a seguir:

Das nove respondentes, oito instituições indicaram que realizam classificação arquivística; questionou-se o uso de plano de classificação (para atividades meio e fim), e se o consideravam adaptado, e neste caso, de qual instituição. Assim, todas responderam que usam um plano de classificação adaptado do Arquivo Nacional, onde mencionaram o Código de Classificação, Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Meio da Administração Pública, no qual três instituições (UNILA, UFCSPA e FURG) justificaram seu uso pelo cumprimento da Resolução 14 de 24 de outubro de 2001, que “Aprova a versão revista e ampliada do Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública : atividade-meio, como um modelo a ser adotado nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR”; O Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim das IFES, no qual a FURG justificou-se pelo cumprimento da Portaria MEC n. 1.261, de 23/12/2013, que obriga seu uso por parte de todas as IFES, e ainda informa sobre sua disponibilidade para consultas e cópias no site do SIGA - Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos. Nessa questão fica notável a relevância dos instrumentos técnicos elaborados pelo Arquivo Nacional, no contexto destas instituições, bem como a preocupação com o cumprimento da lei. Porém, se comparar a resposta dessa questão com a da primeira, em que a UFPel e a UFFS disseram não realizar atividades de ORI, podemos observar que estas duas instituições não entendem a classificação como um processo de ORI.

A quarta questão indagou se o profissional identifica benefícios no processo de classificação arquivística e quais seriam eles. Oito instituições citaram como benefícios, simultaneamente, a

facilidade na busca, acesso e recuperação da informação, além da organização e ajuda no processo de avaliação e destinação final, que evita o acúmulo desnecessário de documentos, também citaram o controle do fluxo documental, eficiência e eficácia administrativa. A UFFS respondeu ainda, além dos benefícios já mencionados, que a classificação tem fundamental importância para possibilitar a descrição dos documentos em uma plataforma de acesso e difusão e na transferência e recolhimento dos pacotes de informação para um Repositório Arquivístico Digital Confiável. Apenas o IFPR disse não identificar benefícios, e na tentativa de justificar sua resposta, o mesmo diz que “Num contexto onde haja um Gerenciamento de Processos de Negócio efetivo e um bom sistema informatizado de gestão de documentos ela se torna irrelevante.” Tal justificativa se revela desconexa diante do conteúdo que contempla o e-Arq Brasil - Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos, elaborado pelo Arquivo Nacional (2011, p.36), que aponta o “Plano de Classificação, codificado ou não, como principal instrumento para a gestão eletrônica de documentos.” Além disso, a classificação é a base para explicitar a organicidade dos conjuntos documentais, e assim, a contextualização e a autenticidade do documento arquivístico.

Na quinta pergunta, indagou-se: “No tratamento dos documentos arquivísticos o assunto do documento (conteúdo) é representado?” Sete instituições responderam que sim, e apenas duas (UNILA e UFSC) disseram que não, para estas que responderam não, foi questionado o motivo, mas as mesmas não apresentaram justificativa. Nota-se que a maioria entende a importância de representar o assunto, o que permite uma descrição arquivística precisa, viabilizando a recuperação da informação pelo conteúdo dos documentos. Para as instituições que representam o assunto, questionou-se se utilizam alguma linguagem documental neste processo, três (IFPR, UFCSPA e FURG) responderam que não, porém a FURG informou que está estudando a utilização de vocabulário controlado, e quatro instituições (UNILA, UFRGS, UFPel, e UFFS) afirmaram utilizar, para estas foi questionado qual linguagem é utilizada, duas (UNILA e UFFS) citaram o código de classificação, a UFRGS declarou utilizar vocabulário controlado dos planos de classificação, e a UFPel respondeu que os documentos são separados por assuntos e por ordem cronológica. Aparentemente, a resposta da UFPel denota um desconhecimento do significado de linguagem documental, mas pode-se dizer que esta forma de separar os documentos, é característica do plano de classificação. Neste sentido, as instituições estão buscando aprimorar o processo de representação, fundamental no tratamento dos documentos arquivísticos visando a recuperação da informação. Porém, percebe-se uma baixa adesão ao uso de um vocabulário controlado nos arquivos, o que poderia trazer mais qualidade à ORI.

A sexta questão indagou se a instituição conta com instrumentos de pesquisa, e foram dadas as seguintes opções: índice, catálogo inventário, guia, nenhum e outros, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Instrumentos de Pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa (2018)

As respostas apontam que o índice é utilizado por duas instituições (UFPel e UFSC), assim como o inventário (UFRGS e UFCSPA), o guia é utilizado por quatro (UFRGS, UFCSPA, UFPel, e FURG). Apenas uma (UNILA) não utiliza nenhum instrumento de pesquisa. A opção “outros” foi assinalada pela IFPR e a IFFar que utilizam sistema informatizado e planilha no Excel, e pela UFFS, que está realizando testes para adoção da Plataforma de acesso, difusão e transparência ativa ICA ATOM. Apesar de a planilha no Excel não ser considerada instrumento de pesquisa, ser incapaz de substituir tais instrumentos, por não suprir as necessidades do usuário da mesma forma, entretanto, em seguida foi questionado se o instrumento de pesquisa utilizado auxilia na recuperação e/ou controle dos documentos, e todas, exceto uma (UNILA), responderam que sim.

A sétima questão foi acerca do grau de satisfação com a recuperação dos documentos do arquivo, todas, exceto uma (UFFS), alegaram ser satisfatório na maior parte das vezes. Entretanto, na oitava questão: “Você considera que a recuperação e o acesso aos documentos podem ser melhorados?” Todas concordam que a recuperação e acesso aos documentos podem ser melhorados, e como elementos para tais melhorias, a IFFar disse que tentando criar meios que satisfaça esta demanda num conjunto único e melhorado, a UFCSPA sugeriu operacionalizar os instrumentos no processo de produção de documentos, a UFSC sugeriu realizar mais processos de organização e representação da informação, a UFPel sugeriu a obtenção de condições de espaço e equipamentos que facilitem o trabalho, bem como a criação da vaga de arquivista nesta instituição que até o momento não tem (apesar da instituição contar com um Núcleo de Documentação e Arquivo - NUDOC/ Seção de Arquivo), a FURG sugeriu um estudo aprofundado de vocabulário controlado, e a UFFS sugeriu a adoção de uma plataforma de acesso e difusão com filtros adequados para a recuperação dos documentos, que são prioritariamente produzidos em sistemas informatizados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que concerne ao objetivo de analisar o desenvolvimento das atividades de ORI nos arquivos das IFES da região Sul do Brasil, nota-se a classificação e a descrição arquivística como principais atividades desenvolvidas neste processo, sendo que 88,89% das IFES realizam a atividade de classificação arquivística, e 66,67% realizam a atividade de Descrição Arquivística.

Quanto ao objetivo de identificar as funções arquivísticas de classificação e descrição realizadas, identificou-se que no tratamento dos documentos arquivísticos 77,88% das IFES representam o assunto do documento, e destas, 42,86% utilizam linguagem documentária neste processo, sendo elas: código e/ou plano de classificação, e vocabulário controlado. Além disso 88,89% das IFES identificam benefícios no processo de classificação arquivística, caracterizados pela facilidade na busca, acesso e recuperação da informação, organização e ajuda no processo de avaliação e destinação final, controle do fluxo documental, além da eficiência e eficácia administrativa. Identificou-se também que 55,56% das IFES contam com instrumentos de pesquisa, sendo eles: guia, inventário e índice. Sobretudo, 88,89% das IFES estão satisfeitas com a recuperação dos documentos do arquivo, e 100% acreditam que esta recuperação ainda pode melhorar, seja em relação aos processos de ORI, às condições de espaço e equipamentos, as vagas de arquivista, às linguagens documentárias, e também em relação à Gestão Eletrônicas de Documentos.

Referente a caracterização dos instrumentos de gestão utilizados nas funções arquivísticas de classificação e descrição, identificou-se que para realizar a atividade de Classificação Arquivística as IFES utilizam-se de planos de classificação adaptados, baseados nos instrumentos de apoio elaborados pelo Arquivo Nacional, denominados “Classificação, Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-meio da Administração Pública”, “Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES”, e “Código de Classificação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES”. E para realizar a atividade de Descrição Arquivística as IFES baseiam-se principalmente nas normas de descrição arquivística NOBRADE e ISAD(G).

Em relação aos processos de ORI são desenvolvidos nestas instituições, nota-se a classificação e descrição arquivística como principais processos, desenvolvidos pela maioria das IFES. Percebe-se que, a partir das respostas as instituições pesquisadas ainda precisam aprimorar o processo de ORI, especialmente em relação ao conteúdo do documento e ao uso de linguagens documentárias, que dariam mais qualidade à esses processos.

Os resultados desta pesquisa revelam que os arquivos das IFES desenvolvem as duas atividades básicas, classificação e descrição, seguindo as diretrizes do Arquivo Nacional, referência na área.

Contudo, como as mesmas pontuaram, estes processos ainda podem ser melhorados para aprimorar a recuperação da informação.

REFERÊNCIAS

BARROS, T. H. B. A indexação e a arquivística: aproximações iniciais no universo teórico da organização e representação do conhecimento. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 21, n. 46. DOI:10.5007/1518-2924.2016v21n46p33.

BRASCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? *In*: ENANCIB, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008. Disponível em:

BRASIL. Arquivo Nacional. Conselho Nacional de Arquivos. **Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo; relativos às atividades-meio da administração pública**/ Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. p. 156. Disponível em: http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/cctt_meio.pdf. Acesso em: 03 out. 2018.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Código de Classificação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES**. Disponível em http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/codigos_tabelas/portaria_n0922011_codigo_de_classificacao_de_documentos_.pdf. Acesso em: 06 out. 2018.

BRASIL. Arquivo Nacional. **e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos / Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos**. 1.1. versão. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. p. 137. Disponível em <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/e-arq.pdf>. Acesso em: 08 out. 2018.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES**. Disponível em http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/codigos_tabelas/portaria_n0922011_tabela_de_temporalidade_e_destinacao.pdf. Acesso em 10 out. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124p. Disponível em <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/nobrade.pdf>. Acesso em: 13 out. 2018.

BRASIL. Resolução n. 14, de 24 de outubro de 2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 fev. 2002. Disponível em <http://conarq.arquivonacional.gov.br/resolucoes-do-conarq/256-resolucao-n-14-de-24-de-outubro-de-2001.html>. Acesso em: 20 out. de 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. **Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior**. 2018. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 01 de abr. 2018.

CARPES, Franciele Simon; FLORES, Daniel. Instrumento de descrição arquivística em meio eletrônico: Definição do quadro de padrões, normas e metadados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, n. 4, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/1734>. Acesso em: 14 abr. 2018.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/isad_g_2001.pdf. Acesso em: 13 abr. 2018.

HEREDIA, Herrera Antonia. **Archivística General. Teoría y Practica**. 5. ed. por Diputación Provincial de Sevilla, Sevilla, 1991.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

RODRIGUES, G. M. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da norma internacional de descrição arquivística. *In*: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite (org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação**. Brasília: Thesaurus, 2003. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1442/1/CAPITULO_RepresentacaoInformacaoArquivistica.pdf. Acesso em: 13 mai. 2018.

SILVA, A. P.; TOGNOLI, N. L. B.; GUIMARÃES, J. A. C. Os valores éticos na organização e representação do conhecimento arquivístico. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 11, n. 1, 2017. Disponível em: DOI:10.5016/brajis.v11i1.6678.

SOUSA, R. T. B.; ARAÚJO JÚNIOR, R. R. H. A classificação e a taxonomia como instrumentos efetivos para a recuperação da informação arquivística. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 42, n. 1, 2013. Disponível em: DOI:10.18225/ci.inf.v42i1.1400.

VITAL, L. P.; MEDEIROS, G. M.; BRÄSCHER, M. Classificação e descrição arquivística como atividades de organização e representação da informação e do conhecimento. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 11, n. 4, 2017. Disponível em: DOI:10.5016/brajis.v11i4.7507.

Originals recebidos em: 11/11/2018

Aceito para publicação em: 04/02/2019

Publicado em: 01/07/2019